

assim, foram aditados mais de 250 contratos, mas, mesmo assim, diversos contratos ainda não puderam ser aditados porque eles já tinham encerrado ou a fase de exploração ou já tinham encerrado o desenvolvimento do campo. Então, você só podia aditar o contrato se o período de apuração ainda estivesse aberto. Para os casos em que esse período já tinha encerrado, não foi possível celebrar esse aditivo. Então, eles continuaram com a cláusula original, ou seja, continuaram com o mesmo problema que originou toda a mudança na política e que originou toda possibilidade de celebração do aditivo.

Aí, finalmente, para retratar desse último caso, desse último pacote de contratos que tinha esses compromissos ainda muito elevados originalmente, e essa cláusula foi mantida, que a ANP está regulamentando a possibilidade de celebração de um termo de ajuste de conduta para que essas multas - desses contratos específicos que não puderam celebrar esse aditivo - possam ser convertidas em novos compromissos com conteúdo local. Ou seja, a ANP vai abrir uma janela no tempo, um novo período de apuração, para que aquele compromisso que não foi cumprido seja cumprido em outros contratos.

Aqui tem um histórico dos compromissos médios de conta do local das ofertas vencedoras: em cinza mais claro, da fase de exploração e, em cinza mais escuro, da etapa de desenvolvimento, ao longo da primeira até a décima terceira rodada e aqui, nesse quadro, a gente tem como ficou o compromisso de conteúdo local, a partir da décima quarta rodada, para a fase de exploração: para os blocos terrestres, de 50%; para os blocos marítimos, de 18%. Para etapas de desenvolvimento: para os blocos terrestres, 50%; para os blocos marítimos, está dividido em três macrogrupos: construção de poço, com 25%; coleta e escoamento de produção, com 45%, e o UEP, que seriam as plataformas, com 25%.

Os contratos que celebraram aditivo eles têm basicamente tudo igual ao que foi estabelecido a partir da décima quarta rodada, com exceção dessa linha aqui UEP. E para os contratos que celebraram aditivos, ou seja, contratos que eram de primeira à décima terceira, que celebraram aditivo permitido pela Resolução 726, nessa linha UEP, no lugar de ser 25%, a UEP divide em três linhas: engenharia, máquinas e equipamentos, construção e integração de montagem, e cada um deles com 40%.

Agora, com conteúdo local, na indústria naval e de offshore. Aqui, a gente tem os estaleiros que foram instalados no Brasil, nesse período em que a cláusula de conteúdo local esteve vigente. Foram diversos estaleiros instalados, diversas também empresas de subsea instaladas no Brasil. Foi um sucesso. Claro que depois ocorreram diversas coisas que não necessariamente esses mesmos estaleiros estão em uma situação muito boa hoje. Aqui, a gente tem um exemplo da tabela, só para UEP, só para plataforma, de um contrato do tipo entre a sétima e a décima terceira, que não foi aditado. Cada linha dessa, dentro da UEP, tinha um compromisso mínimo de conteúdo local: engenharia básica, engenharia de detalhamento, gerenciamento, construção de montagem, (não compreendido) navais e tinham algumas linhas que já tinham outras tabelas. Aqui, seriam subitens: calderaria, tinha vaso de pressão; fornos; tanques; torre; mecânicos rotativos, enfim, era uma infinidade de itens nas cláusulas de conteúdo local, além dos compromissos globais para esses contratos de sétima à décima terceira rodada. A nova estrutura é aquela que eu já apresentei para a partir da décima quarta. Esse é o modelo. Para os contratos que celebraram aditivo, o modelo é muito parecido. A única exceção aqui está na linha de UEP, que é dividida em três e não são 25% global, é de 40%. Esses índices globais flexibilizam, eles facilitam a estratégia de apropriação do conteúdo local pelos operadores e faz com que eles busquem somente os fornecedores mais competitivos, porque, se ele pode cumprir o conteúdo local com tudo dentro daquela atividade, ele vai escolher cumprir com aquilo que é mais atrativo para ele, com aquilo que tem conteúdo local, mas que também atende ao famoso preço/prazo/qualidade que ele precisa.

Previsões de investimento no setor: a gente tem aqui o plano anual de trabalho, que é o PAT, a ANP recebe previsões de investimentos para os próximos cinco anos e essas informações são públicas - estão no site da ANP. A gente tem aqui que, em relação a unidades estacionárias de produção, que seriam as plataformas. Na verdade, esse número aqui, esses números são plataformas em que terão atividades. Não são necessariamente plataformas novas que estão entrando aí. Investimento por ano: aqui, vezes mil reais. Então, está previsto para esse ano investimento de 9 bilhões de reais, em unidades estacionárias de produção no Brasil, e esses são os investimentos para os outros anos. Esses dados são públicos. Estão no site da ANP. Depois, qualquer dúvida eu posso mostrar onde eles estão. Então, aqui, nesse período de 5 anos, a gente vai ter uma atividade em 44 unidades de produção e um investimento de 22 bilhões de reais.

Agora, outras previsões de investimento no setor. A Petrobras, como detentora de grandes contratos de exploração e produção, e esses contratos, tirando duas plataformas aqui, todas essas outras plataformas são confrontantes aqui com o Estado do Rio de Janeiro, mas vamos nos ater somente a essas plataformas que estão em azul claro, que são plataformas que são a contratada. A gente tem previsto para iniciar a produção em 2023. Integrado do Parque das Baleias - esse contrato é o rodada zero. Por quê? Rodada zero é a única rodada que não tem percentual mínimo de conteúdo local a ser cumprido. Então, essa plataforma não tem compromisso de conteúdo local nesse contrato. Está claro que a Petrobras pode contratar e exigir conteúdo local, mas ela não tem esse compromisso com a ANP, e ela pode usar essa plataforma para depois cumprir compromisso que ela celebrou no TAC com a ANP, já que ele, originalmente, não tinha compromisso, mas ele não tem. Contratos da rodada zero não têm compromissos de conteúdo local.

Agora, aqui, a gente tem, para 2024 - Búzios 6, que já foi contratada; Sergipe, Águas Profundas 1, tem uma plataforma que está prevista para atuar lá em Sergipe, mas que também pode ser contratada para ser construída num estaleiro aqui do estado, mas esse contrato é um contrato da sexta rodada, que tem compromissos globais, mas tem compromisso por conta do local, sim, global, para a etapa de desenvolvimento. Isso pode ser explorado.

Agora, Mero-3, que é uma plataforma ... 3ª plataforma para o campo de Mero, o compromisso com conteúdo local é de 40% - aquele 40 do termo aditivo, que são 40% para a engenharia, 40% para máquinas e equipamentos e 40% para construção, integração e montagem. A plataforma de Itapu. Itapu é um campo da cessão onerosa, que tem um compromisso global de 25%. Para os outros anos, mais para frente, a gente tem Sépia-2 e Itapu-2, que dependem da realização da rodada de licitação do excedente da cessão onerosa, que está prevista para acontecer esse ano. Essa rodada acontecendo, o compromisso de conteúdo local vai ser estabelecido no AIP, porque esses são campos que têm individualização na produção. O AIP ou vai ser um contrato, um compromisso global da cessão onerosa de 25 ou vai ser um compromisso global de um campo da segunda rodada, que é de 30%, só que, aí, com regras diferentes porque, como eu disse, tem certificação e uma série de outros aspectos da cláusula que muda.

Mas a gente também tem aqui a Búzios 7. Todas as plataformas de Búzios têm um compromisso de 25% de conteúdo local. Até hoje foi anunciado, se não me engano, a contratação de uma delas. Acho que é a P80, se não me engano. Ou é a 78, acho que é a 78. Mas diversas outras plataformas em Búzios ainda vão ser contratadas, e Búzios é um campo confrontante aqui com o Estado do Rio de Janeiro. Todas elas têm compromisso mínimo com a ANP de 25%.

Também uma coisa que é importante deixar claro é o seguinte: esse compromisso é da operadora, do consórcio com a ANP. A operadora, por "ene" motivos internos dela, pode decidir cobrar um compromisso de conteúdo local maior para os seus fornecedores. Ou menor, e assumir que vai ter que pagar multa. A ANP não tem ingerência sobre isso. Cabe à ANP esperar terminar o período de apuração, e, terminado o período de apuração, verificar se cumpriu ou não cumpriu o compromisso. Uma vez não cumprido, aplicar a multa prevista no contrato. Mas agora a ANP não tem poder para, durante a execução do projeto, aplicar algum tipo de penalidade na operadora por ela não estar contratando na indústria nacional, porque não existe nenhum mecanismo coercivo que a ANP disponha para isso.

Bem, em relação aos TACs, como eu comentei. Esses contratos que não puderam celebrar o aditivo têm uma multa prevista de 1,3 bilhão de reais. E esses mesmos contratos também têm 1,3 bilhão de reais que estão ainda em análise porque tem que analisar o pedido de isenção desses casos. Então, se o pedido de isenção for deferido, esse valor diminui, de 1,3 bilhão. Se esse pedido for indeferido, esse valor vai se manter, e a gente tem um total de 2,6, teria um total de 2,6 bilhões de reais de novos compromissos a serem celebrados num Termo de Ajuste de Conduta com a ANP.

Então, até como o Diretor Saboia comentou, uma vez firmado o TAC, eu acho que naturalmente o Estado do Rio tende a ser beneficiado com essa chuva de novos investimentos que serão possíveis de serem realizados para fins do cumprimento do TAC. E também está em análise no CNPE a inclusão de atividades de construção de navios-tanque, que foi até um pedido do pessoal do Sinaval, no processo de consulta e audiência pública dessa resolução. E também para atividades de descomissionamento e melhoria dos sistemas, superando o conteúdo local mínimo que vai ser estabelecido pelo CNPE.

Aqui é só um exemplo do nosso painel de certificação, onde eu falei que lá você tem como verificar a evolução no tempo de número de certificados emitidos, percentual de conteúdo local de cada ano médio, por atividade. Isso aqui seriam atividades do escopo "construção naval". Aqui seria o valor, também ao longo do tempo, desses certificados emitidos desde 2010 até 2019. A mesma coisa aqui. Comparando os escopos diferentes, você vê que "construção naval" realmente é o escopo que teve o maior investimento nesse período de 2009 a 2019. A gente em breve vai estar publicando os dados com 2020.

Finalmente, também uma coisa que o Diretor Saboia já comentou, a ANP publicou uma série de painéis dinâmicos, com os dados da política de conteúdo local. O único dado que está faltando, que deve sair em breve, é o dos investimentos realizados pelas operadoras. Mas, no site da ANP, seguindo esse caminho, Assuntos Exploração e Produção, Conteúdo Local, pode ser encontrado uma série de páginas que explicam e dizem quais são a legislação aplicável para os diversos aspectos que eu comentei da cláusula de conteúdo local.

Bem, eu agradeço e estou aqui à disposição para, enfim, qualquer esclarecimento que seja necessário e também que eu consiga fazer.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Bom, eu queria dar uma boa-tarde ao Deputado Waldeck Carneiro, que também ingressou na reunião. Eu sei que o Bomtempo está se dividindo lá e cá. A gente sabe que nossa rotina não é fácil.

Agradeço ao Luiz Bispo pela sua exposição, que, com toda a certeza, vai gerar algumas perguntas, porque essa política do conteúdo local, embora sua explanação tenha sido bastante didática, Luiz, mas ela, sem sombra de dúvidas, para quem não é técnico - como é o meu caso e certamente de outros, que estão aí participando -, suscita algumas perguntas. Mas aí eu gostaria de passar a palavra para o Rafael, para que ele possa também falar sobre o Conselho Diretor do Fundo de Marinha Mercante para depois, então, a gente abrir para as perguntas. Está certo? Já agradecendo a você, está bom, Luiz? Aí você acompanha aí conosco para aguardar as perguntas ao final das exposições.

Rafael. (Pausa) Eu não estou identificando aqui o Rafael Furtado. Não sei se ele saiu da reunião. Ele tinha solicitado aqui ao host para ele fazer também uma exposição, mas eu não o estou identificando aqui.

Vou abrir a palavra, então, para perguntas. Queria saber dos deputados que estão presentes se eles gostariam de fazer alguma pergunta para o Luiz Bispo para a gente não perder as exposições que ele fez. E depois para a Dra. Magda. Agradeço a presença da Dra. Magda, que é nossa assessoria aqui agora na Alerj. Saúdo sua presença.

Deputado Waldeck, Deputado Bomtempo.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputada Célia, o Deputado Rubens Bomtempo entrou antes de mim na reunião. Não sei se ele vai fazer uso da palavra agora. Depois dele eu posso fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Bomtempo, vai fazer pergunta antes do Waldeck? É que o Bomtempo hoje está se dividindo um pouquinho.

O SR. RUBENS BOMTEMPO -É, a gente está dividindo...

O SR. WALDECK CARNEIRO - Eu estou na Saúde também.

O SR. RUBENS BOMTEMPO - A gente está na Comissão de Saúde, também estamos aqui na nossa Comissão. Então, são diversos assuntos simultaneamente, mas eu prestei atenção na apresentação que foi feita pelo Luiz Bispo, a introdução que foi feita pelo Presidente da ANP, pelas suas ponderações. O que eu gostaria, depois, que fosse disponibilizado, para o nosso grupo, todo esse material, toda essa apresentação para que a gente possa olhar de forma um pouco mais cuidadosa.

Queria parabenizar o trabalho que está sendo feito pela ANP durante todos esses anos, que já tem um acúmulo que já vem sendo construído ao longo da história, passando por momentos que são realmente muito importantes para a economia, de uma forma geral, principalmente em relação a petróleo e gás aqui nosso País, no nosso Estado do Rio de Janeiro.

E essa questão do conteúdo local, a gente precisa estar realmente ampliando mais essa discussão. A gente não pode simplesmente ver isso como se fosse - digamos assim - um pedaço da estrutura da construção de todo um planejamento estratégico para o nosso País. E a gente tem que perceber que essa questão do conteúdo local é o centro maior de todo o nosso objetivo, de construir realmente uma nação livre e soberana.

Então, é muito importante, e muito além dessa visão de que estaremos defendendo simplesmente os nossos empregos, o avanço tecnológico. A gente tem que pensar realmente em construir um País soberano que realmente, nos momentos de crise, como esse momento que nós estamos vivendo, não termos essa dependência que estamos tendo agora, por exemplo, em relação à biotecnologia dos outros demais países. É muito triste isso que a gente está acompanhando. Perceber que grande parte dos nossos cientistas não estão aqui no nosso País. Estão trabalhando na Europa, estão trabalhando nos outros grandes centros, nos Estados Unidos. E a gente precisa parar um pouco e refletir em relação a essa questão toda para que a gente possa valorizar cada vez mais o nosso conteúdo local.

Então, Célia, eu peço para depois disponibilizar no nosso grupo, e tenho certeza de que as nossas considerações finais estarão no relatório final da nossa Comissão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Obrigada. E também, Bomtempo, se você desejar, posteriormente nós podemos encaminhar perguntas também por escrito. Depois que você fizer uma leitura desse material que o Bispo vai disponibilizar, nós podemos encaminhar também por e-mail, para que ele possa detalhar um pouco mais, porque, realmente, as informações são muito robustas. E é somente através dessa leitura talvez um pouco mais detalhada que se consiga construir perguntas um pouco mais elaboradas. Está certo.

Então, eu passo aí a palavra para o Waldeck, porque eu acho que o Rafael Furtado já entrou novamente, para que ele possa também fazer as suas exposições.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Obrigado, Deputada Célia. Eu serei muito objetivo. Agradeço a exposição do Luiz Bispo. Luiz Bispo, a gente se encontrou na CPI da Petrobras? Das Participações Especiais? Você esteve lá já? Não?

O SR. LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO - Eu acho que o senhor me viu foi numa audiência pública da lei da Alerj sobre conteúdo local, aquela que...

O SR. WALDECK CARNEIRO - É isso. Pois é.

O SR. LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO - É isso. Eu participei.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Mas eu queria, Deputada Célia, Deputado Rubens Bomtempo e Luiz Bispo, e todos e todas aqui, fazer uma pergunta, porque a gente precisa ainda deglutir esse conjunto de informações, esses dados todos, indicadores importantes.

Daí a relevância de termos acesso e estudarmos com mais vagar esses slides, essas apresentações. Mas eu queria fazer, Célia, uma tentativa ousada de vincular literatura com Petróleo. Por que isso? Porque, no final dos anos 50 - é quase contemporâneo com a criação da Petrobras -, o Jorge Amado publicou uma obra intitulada A morte e a morte de Quincas Berro d'Água. E por que eu acho que é possível fazer uma analogia entre esse romance e a situação da política de conteúdo local? Luiz, é a pergunta que eu quero fazer. Porque a indústria naval brasileira, como todos nós sabemos, já ocupou o podium das grandes indústrias de construção naval do mundo. Já ocupou o podium, já esteve entre as duas, entre as três primeiras do mundo. E depois sofreu um processo acentuado de empobrecimento, de arrefecimento, em função de sucessivas políticas. E eu destaco, por exemplo, os anos 90, mas não foi apenas nos anos 90, mas destaco os anos 90 como um momento em que, por decisão do Estado brasileiro, do governo brasileiro, a Petrobras, que é a maior cliente do setor no Brasil, passou a fazer o essencial, ou pelo menos boa parte das suas encomendas à indústria naval estrangeira. E tanto é assim que, no início dos anos 2000 - a Célia conhece esse tema muito bem -, no início dos anos 2000, os grandes estaleiros brasileiros - e os do Rio de Janeiro não foram exceção, ao contrário - tinham se transformado boa parte deles (eu uso aqui uma expressão forte, mas não é distante da realidade) quase que galpões com sucata abandonada. Estou aqui só forçando uma expressão, mas que revelou o quadro grande de empobrecimento e de esvaziamento desses estaleiros.

O elemento antidoto, que foi fundamental na recuperação desse setor - claro que outras coisas concorreram - mas teve um elemento muito central, muito nevrálgico, foi justamente a política de conteúdo local, que, salvo engano - não sei se erro na dimensão -, chegou a ocupar dois terços, talvez até um pouquinho mais, do volume de compras, de encomendas feitas pela Petrobras ao setor. Ora, nos últimos aproximadamente cinco anos, a gente tem visto um processo de novo de queda da política de conteúdo local. E tivemos, inclusive, a oportunidade aqui, em audiência pública na Assembleia Legislativa, com a presença do então Presidente da Petrobras, o Castelo Branco, (não é, Deputada Célia? A senhora estava aqui e assistiu) quando ele justificou, digamos, a adequação dessa política de fazer as encomendas à indústria naval estrangeira, notadamente asiática, porque eles lá conseguiram um preço nominal, digamos, mais baixo dos produtos encomendados, das embarcações, das plataformas, enfim.

Entretanto, essa análise não leva em conta uma, entre aspas, "precificação" social fundamental, porque a gente perde os estaleiros, perde os empregos, perde o investimento em tecnologia que já tinha sido feito, e tudo o mais. Eu queria saber um pouco qual é a visão da ANP sobre isso? Que papel tem a ANP, como Agência Reguladora, para tentar mitigar a queda na política de conteúdo local, e consequentemente a perda dos empregos, a perda da atividade empreendida pelos estaleiros?

Eu não tenho os dados atualizados, mas a assessoria fiscal da Alerj tem feito um levantamento nesse sentido e dá conta também de que, mesmo no setor de reparos, o Rio de Janeiro tem sofrido muita perda. Há indicadores que mostram que muitos reparos de embarcações aqui do Rio de Janeiro feitos fora do Estado do Rio de Janeiro... Claro que a ANP não existe para defender Estado nenhum, mas eu quero dizer o seguinte: do ponto de vista mais geral, dessa política específica de conteúdo local, como que a ANP percebe o movimento da oscilação nessa política, e o que pode uma agência como a ANP fazer para minimizar, aplacar os efeitos colaterais deletérios do enfraquecimento da política de conteúdo local?

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Pode responder aí, Bispo.

O SR. LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO - Obrigado, Deputada. Na verdade, Deputado, a ANP observa, mas ela pode ter até alguma conclusão, enfim, e ela pode mandar o dado, a constatação para o Ministério de Minas e Energia, que faz parte, inclusive preside o CNPE. Mas a ANP não pode alterar em uma vírgula a política de conteúdo local.

Isso que o senhor comentou é um fato. Com a possibilidade de uns índices globais, a empresa, as operadoras, elas têm a liberdade de escolher em ter, dentro daquele período de apuração, em que elas vão cumprir o compromisso dela. E fazer conta. Sr. (não compreendido). "Eu acho que se é mais interessante não cumprir com a indústria naval, e cumprir com outra coisa, eu vou cumprir com outra coisa." E se ela fez a conta, e vai conseguir cumprir o 25% dela, ela enfim, estaria cumprindo o compromisso que está no contrato, que é o que a ANP vai fiscalizar no final.

Eu acredito - aí é uma visão, diria, não da ANP -, eu acredito que a gente tem que partir... porque uma coisa que também tem que ficar muito clara é que os contratos já estão firmados. Os contratos, já temos dezesseis rodadas de concessão, e seis rodadas de partilha de produção, e o contrato de cessão onerosa. Todos esses contratos, que cobrem todas as grandes descobertas, não só na bacia de Campos, na bacia de Santos, mas no Brasil, eles já estão firmados. A cláusula já está posta. É essa a realidade.

Hoje, eu acho que a gente tem que trabalhar não só Estado do Rio, mas o Brasil, num sentido de captar mais conteúdo local é trabalhar com incentivos. Eu acho que a gente pode vislumbrar um novo PEDEFOR. Até na semana passada a ANP realizou um workshop de conteúdo local, onde esse assunto veio muito à tona várias vezes, e veio tanto por parte das operadoras como dos fornecedores: um programa de desenvolvimento e de estímulo à participação dos fornecedores da indústria nacional nas atividades de exploração e produção. Mas eu acho que, como tudo o que já está posto, a gente tem que trabalhar os incentivos, porque a gente não consegue alterar isso que já foi feito, e não sei se todos os outros contratos que virão terão todas essas grandes descobertas para gerar toda essa grande demanda. Eu acho que a gente tem uma grande demanda que existe hoje e que vai ser, durante alguns anos - a gente viu aí o campo de Búzios, com certeza vai ser o maior campo do Brasil daqui a pouco tempo. A gente tem que aproveitar essa demanda agora. Como é que a gente aproveita? Incentivando de algum jeito - aí eu acho que esse é o nosso trabalho, tanto da ANP, do Ministério, até dos próprios Estados -, como a gente incentiva que eles contratem aqui no Brasil. Eu acho que é isso que a gente tem que trabalhar considerando que os contratos hoje já estão assinados. É essa a realidade que a gente tem que trabalhar.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Bispo, obrigada.

Você falou a respeito dos TACs, que é o aproveitamento das multas que serão aplicadas ou que já foram aplicadas e transformá-las em novos investimentos. Mas de que natureza são esses investimentos? E qual seria a previsão para a assinatura desses TACs?

O SR. LUIZ HENRIQUE DE OLIVEIRA BISPO - A ANP já está na última etapa para publicação da resolução que vai disciplinar a celebração dos TACs. Atualmente está na Procuradoria da ANP. Uma vez que seja liberado o parecer da Procuradoria, já está lá tem umas duas semanas, ou um pouco mais. Se tiver alguma alteração que deva ser feita, a Superintendência de Conteúdo Local vai fazer a alteração e vai submeter à Diretoria Colegiada para publicação já da resolução. A partir disso, todos os processos que estão suspensos, aguardando essa questão do TAC, que representa aquele 1,3 bilhão, têm 180 dias para solicitar ou a aderência ao TAC ou, enfim, dizer que não quer, e a gente vai cobrar a multa.

As atividades que vão ser utilizadas para fins de cumprimento dos compromissos do TAC originalmente são as mesmas atividades já dentro da política de conteúdo local. O que eu também alertei, comentei durante a apresentação, é que foi enviado para o CNPE uma possibilidade de ampliação dessas atividades para fins de cumprimento do TAC. E aí, entre essas atividades, a gente colocou a atividade de construção de navios-tanque - a gente sabe que vai ter uma demanda grande aí de navios, aqui, com a elevação da produção, principalmente do campo de Búzios, desses campos onde há cessão onerosa. E também em relação a descomissionamento e melhorias, projetos de melhorias em unidades de produção já existentes hoje. Mas, então, originalmente, seriam as mesmas atividades já dentro da política, e o CNPE está deliberando se vai ampliar esse rol de atividades, que eu acredito que, muito naturalmente, vai ampliar.

A SRA. PRESIDENTE (Célia Jordão) - Está ótimo, Bispo.